
NEM MACONDO, NEM PASARGADA: UM ESTUDO SOBRE O TRABALHO INFORMAL EM SANTA MARIA (1980-1991)¹

NEITHER MACONDO, NOR PASARGADA: A STUDY ON THE INFORMAL EMPLOYMENT IN SANTA MARIA (1980-1991)

Matheus Rosa Pinto
Mestrando em História – UFSM
matheuspbutia@hotmail.com

RESUMO: O estudo em questão tem por objetivo explicar sobre o desenvolvimento do comércio informal na cidade de Santa Maria entre os anos de 1980-1991. Serão pontos debatidos no ensaio: o aumento das atividades informais nas principais ruas da cidade, as quais acarretaram uma situação de conflito e desorganização entre os participantes; as relações entre os comerciantes informais, os formais e o governo municipal neste contexto; organização entre o grupo de vendedores de rua; questões metodológicas da pesquisa e uma breve análise de como o conceito de informalidade tem se modificado, relacionando-o sempre com o recorte temporal escolhido. O trabalho tem como marcos temporais o ano de 1980, o qual se vincula por ser o ponto de partida para o fenômeno efetivo da informalidade na cidade e, 1991, com a fundação do Camelódromo Municipal, medida organizada e concebida pelo governo municipal da época.

PALAVRAS-CHAVE: Comércio Informal. Santa Maria. Informalidade.

ABSTRACT: This study aimed at explaining about the development of informal trade in the city of Santa Maria between the years 1980-1991. Points will be discussed in the essay: the rise of informal activities on the main streets of the city, which led to a situation of conflict and disorganization among the participants; relations between informal traders, the formal and the municipal government in this context; organization among the group of street vendors; methodological research questions and a brief analysis of how the concept of informality has been modified, always relating it to the time frame chosen. The work has the timeframes of 1980, which is bound to be the starting point for the actual phenomenon of informality in the city and in 1991 with the founding of camelódromo City, conceived and organized by the municipal government of the season so far.

KEYWORDS: Informal trade. Santa Maria. Informality.

Introdução

O artigo que será desenvolvido a seguir tem como enfoque principal os grupos de vendedores que passaram a vender seus artigos pelas ruas de Santa Maria durante os anos de

¹ O artigo tem coautoria do Professor Dr. Jorge Luiz da Cunha, membro do Programa de Pós-graduação em História na Universidade Federal de Santa Maria. Email: jlcunha@yahoo.com.br.

1980 a 1991. Deixamos claro que o estudo tratará de três grupos específicos de vendedores informais: os ambulantes, os artesãos e os camelôs. Salientamos isso, porque o setor informal-trabalhista engloba uma enormidade de grupos que desempenham diferentes funções como, por exemplo, vendedores de roupas em residências, feiras agrícolas, serviços de tele moto e assim por diante, sendo deveras complexo encaixá-los em um único modelo explicativo.

A informalidade como objeto de estudo apresenta um imenso leque de possibilidades para compreender a sociedade, a economia, a política, as migrações, o mundo dos trabalhos, a cultura e as identidades. Além do mencionado, a experiência de pesquisa com um objeto de investigação em constante mudança, fascina e motiva, principalmente, pela proximidade dos acontecimentos e das fontes². Com estes elementos, objetiva-se maior riqueza de informações e carga de conhecimento histórico, bem como, a inevitável inserção em distintas áreas do conhecimento, como a economia, a sociologia e a antropologia para engrandecer o trabalho.

Sobre o setor informal-trabalhista, devemos salientar que configura-se como um dos segmentos que mais se desenvolveu, nas últimas décadas do século XX, tendo considerável peso na economia das cidades e nos indivíduos inseridos nesse processo. Acenada a importância deste tipo de estudo, iremos elucidar os meios para o desenvolvimento da pesquisa.

Sobre a metodologia elegida para esse artigo, merece destaque que o estudo sobre o comércio informal na cidade de Santa Maria inicia-se com o levantamento das fontes (jornais, reportagens da *internet*) e organização dos depoimentos orais coletados. Salienta-se que por meio da pesquisa em jornais e na *internet* foi possível analisar de qual maneira foram expressadas as medidas adotadas pelo governo municipal, o posicionamento decidido pelos envolvidos (comerciantes formais e população de Santa Maria) e como esta forma de trabalho foi encarada pelos veículos de comunicação da época.

Foram utilizadas entrevistas orais temáticas com trabalhadores do comércio informal que estiveram ligados ou participaram dos principais acontecimentos. Segundo Alberti

² Henry Rousso (1996) afirma que “fontes” são todos os vestígios do passado que os homens e o tempo conservaram, voluntariamente ou não – sejam eles originais ou reconstituídos, minerais, escritos, sonoros, fotográficos, audiovisuais, ou até mesmo, daqui para frente, “virtuais” – e que o historiador, de maneira consciente, deliberada e justificável, decide erigir (erguer) em elementos comprobatórios da informação a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisa-la ou de restituí-la a seus contemporâneos sob a forma de uma narrativa, em suma, de uma escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica (p.86).

(2004), as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, com período cronologicamente delimitado, tratando das funções desempenhadas ou os envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas.

É destacável o fato de que trabalhar com entrevistas orais privilegia a inserção em âmbitos da realidade social em que a historiografia convencional pouco tratou, especialmente para os grupos minoritários (THOMPSON, 1992). Vale ressaltar que, como afirma Portelli (1997), a escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente, exercendo, cada uma, funções específicas. Nesse sentido, é correto afirmar que as fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente.

Sobre a história oral, Ferreira (2002) afirma que seu papel de destaque é comprovado por ser um dos meios em que se pode reconstituir os processos e revelar informações que de outra forma se perderiam. A história oral é inovadora primeiramente por seus objetos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais).

Passadas as considerações sobre a metodologia empregada, devemos nos questionar sobre os seguintes pontos: O que é essa informalidade no setor trabalhista? Por que Santa Maria passou a ter um contingente de vendedores informais dispostos pelas principais ruas da cidade e quais as suas principais características?

Os próximos subtítulos do artigo têm o objetivo de responder estas questões levantadas no parágrafo anterior.

Breves considerações sobre o conceito de informalidade no setor trabalhista urbano

Antes de adentrarmos efetivamente no estudo sobre a informalidade no setor trabalhista em Santa Maria, faz-se necessária uma análise sintética sobre os conceitos desenvolvidos para explicar esse fenômeno. Vale ressaltar que discorrer sobre o conceito de informalidade é uma missão complexa, pois as definições variam enormemente devido à amplitude das áreas afetadas por essas atividades. Por isso, na presente revisão, decidiu-se fazer um recorte dos estudos que se aproximassem aos objetivos da pesquisa.

Iniciando os trabalhos, a questão da informalidade surgiu pela primeira vez com um relatório desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que defendia a existência de dois segmentos: o formal, caracterizado por unidades produtivas organizadas, e o setor informal, composto por unidades produtivas não organizadas. (ALVEZ e TAVARES apud ANTUNES, 2006). Sobre o mesmo tema, Capachi & Moretto (apud MORETTO, 2006) complementam que a OIT compôs o grupo dos “informais” com aqueles que tinham propriedade familiar do empreendimento, atividades de gestão e de produção não delimitadas, planos contábeis incompletos e autofinanciamento (recursos próprios).

Segundo Cacciamali (apud ANTUNES, 2006), os trabalhadores informais tradicionais estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo utilizar-se do auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários.

Com o passar do tempo, diferentes análises sobre o setor informal surgiram, contudo, a maioria utiliza relatório da OIT como ponto de partida. Entre elas, merece destaque o conceito de Cacciamali (1983) que enxerga a informalidade como uma estratégia residual dos agentes econômicos que são excluídos do mercado formal de trabalho. Tendo certas atividades informais desempenhadas por analfabetos ou detentores de baixo nível de escolaridade e qualificação, e migrantes³.

Entretanto, o quadro apresentado por Cacciamali (1983) merece certas ressalvas, pois com a acentuada insuficiência dos empregos gerados no setor formal e frente à força de trabalho disponível, acaba determinando/aumentando o ingresso de muitos trabalhadores qualificados nas relações informais de produção, colocando em dúvida a capacidade da relação salarial moderna abranger todos os trabalhadores. Em suma, o setor informal não deve ser visto apenas como um local em que pessoas com baixos níveis de escolaridade têm espaço, porque as dificuldades impostas aos demais setores da sociedade também auxiliaram em um aumento considerável da massa desempregada no país.

³ Segundo Antunes (2006) o segmento dos ambulantes, do pequeno comércio que trabalha por conta, é o último refúgio dos demitidos, dos jovens que não conseguem o primeiro emprego e dos expulsos da zona rural, embora a crise se encarregue de incluir entre as categorias referenciadas trabalhadores qualificados, às vezes até com formação superior.

Lira (apud SILVA e YAZBEK, 2006) afirma que a informalidade desenvolveu-se como produto do capitalismo e que seu caráter inseguro é apenas uma consequência de políticas governamentais insuficientes do período. O autor ainda menciona que, no Brasil, a informalidade apresenta-se heterogênea, envolvendo grupos de trabalhadores com qualificação diferenciada e variadas formas de organização. Estando articulada de forma subordinada aos movimentos de expansão e reprodução do capital tem seu espaço ampliado ou diminuído de acordo com esses movimentos. Neste ínterim, podemos entender que o desemprego, a ausência de políticas públicas compensatórias e o intenso êxodo rural foram motivos que levaram a maioria das pessoas a procurar a informalidade como forma de renda.

Cacciamali (1983) afirma que o setor informal tornou-se um organismo subordinado ao movimento das empresas capitalistas. Vinculado com a gradual expansão da atividade ambulantes nas ruas de Santa Maria e o início dos conflitos com o setor formal e parcelas do governo municipal. Para a autora, as principais características deste setor eram: 1) o trabalhador vivia de sua força de trabalho e, em alguns casos, utilizava-se do trabalho familiar ou, mais raramente, subcontratava ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; 2) tinha como objetivo a obtenção de uma renda para consumo individual e familiar, visando manter também suas atividades econômicas.

Segundo Silva & Yazbek (2006), o setor informal, a grosso modo, refere-se às atividades econômicas caracterizadas por: a) unidades produtivas baseadas no descumprimento de normas e legislação concernente a contratos, impostos, regulações e benefícios sociais; b) ocupações sem proteção social, garantias legais e estabilidade, sendo recorrente ainda, o fato de serem atividades de baixa produtividade, sem estabilidade, baixos salários, quando não se realizam sem remuneração por ação de familiares e autoemprego.

Cacciamali (2000) define a informalidade como um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção e das formas de inserção dos trabalhadores na produção e dos processos de trabalho.

Todas essas mudanças no âmbito econômico, social e político do país fizeram com que o mercado de trabalho tornasse-se um âmbito inseguro e em constante mutação. As crescentes desigualdades nas disputas dentro da sociedade contemporânea, fomentadas pelo capitalismo predatório, acabaram diminuindo as oportunidades, potencializando a polarização

social e gerando um ambiente de tensão e disputas. Dentre os principais motes destas fragilidades está a precária ou inexistente organização dos centros urbanos que não acompanhou o aumento do contingente populacional, fazendo com que a estrutura destes centros fosse insuficiente. Sendo assim, o mercado informal desenvolveu-se, principalmente, a partir do desemprego, onde as relações capitalistas de trabalho não se encontravam bem estabelecidas.

Com isto, ocorreu uma rápida proliferação de práticas trabalhistas pelas ruas dos grandes centros urbanos, tendo como principais características a mutabilidade, a informalidade e a inexistência de contratos de trabalho com garantias de direitos trabalhistas e sociais. A informalidade e seus efeitos não tardaram a ser sentidos, uma vez que seu crescimento, somado à parca participação/organização de órgãos reguladores e à ineficiência dos governos, acarretou e fomentou conflitos com outros setores da sociedade.

Comércio Informal em Santa Maria

A cidade de Santa Maria, desde sua fundação, notabiliza-se por ser um local de intenso trânsito de indivíduos das mais diversas procedências e por desempenhar relevante papel no setor econômico no Rio Grande do Sul. Podemos mencionar como acontecimentos que impulsionaram isso: o advento da Viação Férrea no final do século XIX; a fundação dos aquartelamentos - com destaque para a Base Aérea de Santa Maria, na década de 1960; o grande número de instituições educacionais – com destaque para Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1960, primeira Universidade Federal a ser construída fora de uma capital estadual.

Ainda sobre o desenvolvimento da cidade, temos que destacar o elevado número de migrantes que rumaram para a cidade de Santa Maria durante as últimas décadas do século XX⁴. Os motivos que levaram tais hordas a direcionarem seus caminhos para os espaços urbanos são variados. Trabalharemos com os preceitos de que as decisões estiveram ligadas à expectativa de maximização da renda e/ou dos empregos, aos processos combinados de

⁴ Segundo o levantamento organizado por FIGUEIREDO; VIERO (2012), a população total da cidade de Santa Maria saltou de 181.685 habitantes em 1980 para 217.584 em 1991, sendo que 90,24% desse contingente habitava na parte urbana da cidade.

atração, expulsão de centros de menor expressão, como os rurais e à ideia de que o centro urbano, mesmo com o conhecimento da existência de altas taxas de desemprego e subemprego, foi a melhor saída, pelas oportunidades de serviços públicos (saúde, segurança e educação) de maior qualidade.

Contudo, os problemas causados pelas crises da economia nacional, nas últimas décadas do século XX, fizeram com que essas esperanças fossem confrontadas com a dura realidade que se desenhara. O mercado de trabalho se tornou um ambiente de insegurança e tensão e, influenciadas por as dificuldades impostas pelas crises, algumas parcelas da sociedade, geralmente as com menor grau de instrução e poder aquisitivo, passaram a buscar saídas para resolver seus problemas. Somado a isso, Kraychete (2000) afirma que o contexto econômico-trabalhista da década de 1980 tornava mais nítido o fenômeno do desassalariamento, influenciado pela redução dos empregos assalariados com registro, devido às crises econômicas enfrentadas durante os últimos anos.

Sobre o mercado de trabalho no Brasil, podemos afirmar que passou por uma série de reformulações que interferiram de maneira decisiva para a geração de um contingente substancial de trabalhadores vivendo “por conta própria”. Assim, ocorreu uma rápida proliferação de práticas trabalhistas informais pelas ruas dos grandes centros urbanos, tendo como principais características, a mutabilidade, a informalidade e a falta de contratos de trabalho com garantias de direitos trabalhistas e sociais. A informalidade e seus efeitos não tardaram a serem sentidos, uma vez que seu crescimento, somado à parca participação de órgãos reguladores e à ineficiência dos governos, acarretou em desorganização e fomentou o aparecimento de conflitos com outros setores da economia das cidades.

O trabalho informal, em Santa Maria, nos moldes que conhecemos hoje, iniciou no virar da década de 1980. Durante os primeiros anos, estas atividades foram desenvolvidas por pequenos grupos de artesãos locais que expunham seus trabalhos manufaturados pelas ruas mais importantes da região central de Santa Maria⁵. Neste momento, os principais produtos comercializados eram brincos, colares e acessórios para casa. Segundo Franchi (2012),

⁵ Sobre isso o tipo de atividade e os motivos, João Mafalda (2012) salienta que, o trabalho na rua se iniciou, por necessidade, pois sendo fazendo parte do um grupo novo na cidade, não tinha facilidade na inserção no mercado trabalhista. A saída foi colocar uma mochilinha nas costas e me tornar um artesão, era o hippie, né?! E na época, comecei a expor o meu trabalho, com uma mesinha pequena, um paninho, uns aramezinhos, foi o jeito honesto que eu achei para viver.

“inicialmente não havia muita concorrência no setor, fato que auxiliou os trabalhadores na formação de uma clientela fiel e recorrente, alcançando assim maiores lucros”.

De acordo com o entrevistado Miguel Antônio Montano Franchi (2012), a localização dos artesãos variava pouco. A escolha das ruas centrais ia de encontro com a percepção de que o centro da cidade caracterizava-se por seu o local de maior fluxo de indivíduos, sendo mais rentável do que regiões de menor trânsito. Segundo Franchi (2012), “os artesãos ficavam circulando pela Praça Saldanha Marinho e em volta dos Bancos. Naquele momento, permitiam e a gente trabalhava só com artesanato”.

Não tardou e esse novo setor informal passou a crescer desordenadamente, sem controle e com pouca fiscalização. Esta falta de organização fez com que as atividades informais, em muitos casos, não fossem encaradas como algo benéfico. Segundo o empresário Mário Gaiger (2012) “a fiscalização era muito deficiente, pois naquela época, os fiscais da prefeitura eram mínimos [...] e acontecia de a fiscalização bater e ser aquela correria”.

Com o passar do tempo, os trabalhos não permaneceram ligados apenas ao artesanato, passando a ser comercializados também artigos eletrônicos, bijuterias, óculos, relógios e brinquedos. Os manufaturados deram espaço aos industrializados e, na sequência, ao comércio de objetos falsificados.

Os artesãos ganharam companhia de outros grupos de vendedores informais: os ambulantes e os camelôs. Com isto, notamos a heterogeneidade interna do grupo. Acerca disto, Possebon (2011, p.37) acena que os trabalhadores informais de Santa Maria passaram a ser divididos em três grupos: camelôs (que trabalhavam em bancas, na Praça Saldanha Marinho e ao longo do canteiro central da Avenida Rio Branco), ambulantes (que tinham bancas em calçadas em locais fixos ou não) e artesãos (que apesar de dividir o espaço de trabalho com ambos os grupos anteriores tem um diferencial: são regularizados).

Cabe destacar que apenas os artesãos eram regularizados. Os outros dois grupos (ambulantes e camelôs), inicialmente, não dispunham da mesma organização, mas mesmo assim conseguiam desenvolver suas atividades. A Prefeitura Municipal de Santa Maria pouco se envolvia nestas questões, apenas cobrava um piso fixo para que os trabalhadores tivessem o direito de permanecer à beira das calçadas, vendendo, como forma de adquirir o seu sustento. Como mencionado, o governo municipal pouco fez para organizar esse novo grupo

de trabalhadores que se desenvolvia rapidamente nas ruas da cidade, todavia, não se pode afirmar o mesmo dos vendedores formais e de algumas parcelas da população local.

Segundo Pinto (2012), o conflito entre comerciantes formais e informais pode ser comprovado por meio das reclamações feitas por alguns lojistas da cidade, que, em suma, não achavam justa a disputa entre os envolvidos no processo, pois, em muitos casos, os vendedores ambulantes postavam-se nos arredores de grandes lojas da cidade desenvolvendo lá suas atividades comerciais. Eles não pagavam impostos sobre as mercadorias, apenas um piso para a prefeitura do município para trabalhar nas ruas, e, na maioria das vezes, comercializavam produtos falsificados com menor preço que o produto vendido pelo comerciante formal.

Os jornais reproduziam a querela de um comerciante da Rua do Acampamento: “As lojas tomam todo um cuidado em manter uma fachada atraente, enquanto os camelôs não tomam cuidados sequer com a higiene” (O Expresso, 09 abr. 1990, p. 12). E em outra ocasião, afirma:

os camelôs tiveram um sério atrito com os comerciantes da Rua do Acampamento, que alegando prejuízo em suas vendas insistiam em que a Prefeitura Municipal transferisse os vendedores ambulantes para outro local. Em outra época foi até cogitado de que os camelôs seriam transferidos para a rua Alberto Pasqualini. Com a finalidade de resolver esses impasses os camelôs decidiram se reunir e fundar uma Associação com a finalidade de discutir os problemas da categoria. [...] A grande esperança foi a criação de um camelódromo, ao exemplo das grandes cidades (O Expresso, 23 maio 1990, p. 14).

A partir destes conflitos, a fiscalização tornou-se mais recorrente e a tensão entre vendedores formais, órgãos reguladores do governo municipal, partes da população local e outros trabalhadores informais, passou a aumentar gradativamente. Demonstrando isso, apresentamos um fragmento de uma reportagem de um jornal local o trecho diz: “o vereador Rejane Flôres (PDS) brada que aja maior fiscalização do comércio ambulante nas ruas centrais da cidade. Na opinião do pedessista, o Centro estava uma verdadeira baderna, com um festival de lixo e contrabandistas” (O Expresso, 10/11 mar. 1990, p. 09).

Tal assertiva pode ser compreendida como uma mudança e em um recrudescimento dos conflitos entre os envolvidos. A pressão aumentava, o governo municipal não conseguia

conter os avanços do setor informal-trabalhista, o contexto econômico dava mais força para o desenvolvimento destes trabalhos, pois este grupo foi um dos únicos que não sofreu com os planos econômicos elaborados no âmbito nacional.

Ainda sobre os fatores que levaram o poder público a criar um centro comercial destinado às práticas informais, cabe ressaltar as questões urbanas, turísticas e a dos próprios camelôs. Pelo viés estético, a presença de barracas pelas calçadas e nas ruas da região central acabava por prejudicar o trânsito de pedestre e as atividades turísticas:

a Secretaria espera melhorar a aparência estética da cidade, desafogando o trânsito para os pedestres, que não terão mais o espaço das calçadas reduzidos no Centro, devido a ocupação pelas bancas dos camelôs. É intenção da Prefeitura, também trazer melhores condições para os próprios vendedores que hoje não dispõe, segundo o Secretário Interino, de mínimos recursos como um banheiro e abrigo para os dias de chuva, pois quando chove não pode trabalhar e seus artigos ficam molhados (O Expresso, 26/27 jan. 1991, p. 11).

O quadro não era animador e, notando sua posição complicada, o governo municipal organiza um projeto para a fundação de um Centro comercial para os vendedores informais da cidade.

Entretanto, não seria tão fácil o processo de mudança dos ambulantes. O projeto foi elaborado rapidamente, com os recursos levantados e a maioria dos ambulantes concordando com a mudança, pois acreditavam nos benefícios alcançados, seja financeiramente, na organização ou segurança. Todavia, não se pode pensar que esta era a opinião geral dos ambulantes. Alguns vendedores não achavam que a mudança seria benéfica, achando que perderiam sua liberdade.

Sobre tal, o vendedor Miguel Antônio Montano Franchi afirma que, em certos momentos, os vendedores foram coagidos, pois “cada prefeito mudava as regras e [...] nos tiravam espaço [...], houve muita pressão para nos tirar da rua. Começaram a nos pressionar e a diminuir a liberdade de comercializar”. O empresário Mário Gaiger tem relato semelhante acerca disto, pois, afirma, “houve certa resistência [...], pois eles [os camelôs] preferiam buscar o seu pontinho, ter liberdade de saírem, de mudar de esquina quando bem entendessem, buscando sempre o melhor fluxo”. Além disso,

para os camelôs ou vendedores ambulantes o Camelódromo não é uma boa solução. Volmar Chagas, proprietário de banca na Rua do Acampamento, diz que o movimento já está reduzido e, com a transferência para a Avenida Rio Branco, os rendimentos deverão cair mais ainda, pois o fluxo de pessoas será dificultado (O Expresso, 01/02 jun. 1991, p. 11).

Mesmo com esse impasse, após a decisão da criação do Camelódromo, a Prefeitura Municipal de Santa Maria deixou de expedir alvarás de liberação para o comércio nas ruas da cidade, buscando assim, controle e o impedimento do aumento do número de camelôs. Deste modo, apenas aqueles que estivessem legalmente cadastrados iriam para o Camelódromo e, após sua construção, a prefeitura prometia fiscalizar e punir com severidade os que tentassem desenvolver as atividades fora do dele.

Após um debate entre o governo municipal e os vendedores ambulantes, foi tomada a decisão que o Camelódromo seria construído na mesma Avenida Rio Branco e caberia à Associação dos Ambulantes de Santa Maria (ACASM) a divisão e instalação dos vendedores dentro do mesmo. O projeto tinha como objetivo⁶ realocar os vendedores que ficavam comercializando pelas ruas do centro de Santa Maria, terminar com os conflitos entre comerciantes formais e informais e ter maior controle das atividades⁷ desenvolvidas pelos ambulantes.

As obras do camelódromo municipal de Santa Maria foram concluídas em meados de 1991, tendo atrasado alguns meses do que havia sido previsto no início do projeto. Sobre o mesmo, o secretário interino informa que,

o Camelódromo atenderá cerca de 60 camelôs, que atualmente se encontram distribuídos na Rua do Acampamento, na Avenida Rio Branco, Alberto Pasqualini e imediações da Rodoviária. Todos os Box ou casinha abrigará dois vendedores, haverá também um Box no Camelódromo para a administração e outro para segurança e banheiro (O Expresso, 01/02 jun. 1991, p. 11).

⁶ Segundo o Jornal O Expresso “O objetivo, de acordo com o Secretário Interino, é que com o tempo estes vendedores se transformem em microempresários, alugando uma garagem ou pela para colocarem seu negócio. E que o Camelódromo seria uma oportunidade deles adquirirem experiência no ramo” (26/27 jan. 1991)

⁷ Segundo o Jornal O Expresso “Com isso, o Executivo pretende eliminar os diversos pontos de vendas situados nas calçadas do Centro e que prejudicam a circulação dos pedestres e criam constrangimentos aos lojistas. Depois do Camelódromo pronto, a Prefeitura, de acordo com Bianchini, atuará de forma rigorosa não permitindo qualquer ocupação de outro ponto de venda” (30/31 mar. 1991).

As obras do Camelódromo municipal de Santa Maria foram concluídas em meados de 1991, tendo atrasado alguns meses do que havia sido previsto no início do projeto. Sobre isto, o secretário interino informou que,

o Camelódromo atenderá cerca de 60 camelôs, que atualmente se encontram distribuído na Rua do Acampamento, na Avenida Rio Branco, Alberto Pasqualini e imediações da Rodoviária. Todos os Box ou casinha abrigará dois vendedores, haverá também um Box no Camelódromo para a administração e outro para segurança e banheiro (O Expresso, 01/02 jun. 1991, p.11).

As regras impostas pela Prefeitura Municipal eram claras e faziam parte de um posicionamento mais rígido. A ideia era erradicar o comércio desordenado pelas ruas de Santa Maria e possibilitar melhores condições aos trabalhadores informais.

Os primeiros tempos de Camelódromo na Avenida Rio Branco se apresentaram de forma dúbia, pois, existiam elogios sobre a infraestrutura e críticas sobre as atividades. Como afirma Mafalda (2012),

na Avenida Rio Branco, na época da fundação, foi feito tudo muito bem estruturado. A ideia de dois comerciantes por quiosque era seguida à risca”. Contudo, no sentido de lucratividade e organização interna dos camelôs, os primeiros momentos não foram de sucesso. Tendo sido complicado por causa do pequeno espaço e do deslocamento ocorrido, já que vários comerciantes contavam com uma clientela já estabelecida. Foi bem difícil nos primeiros tempos.

Outro ponto que atrapalhou, nos primeiros tempos de Camelódromo, foi a permanência de vendedores pelas ruas de Santa Maria. Isto é, houve apenas uma substituição de agentes. No lugar daqueles 57 ambulantes que foram para o centro comercial, outros ocuparam o antigo espaço.

A constante crise econômica causou um gradual alargamento das atividades informais, tanto em Santa Maria, como no país inteiro. A organização inicial para cerca de 60 vendedores demonstrou-se insuficiente com o passar dos anos. A fiscalização também não conseguiu dar conta da demanda e nem mesmo a organização interna dos vendedores mantinha níveis recomendáveis.

A fundação do Camelódromo não foi mais do que um ‘tapa-furo’, ou seja, uma solução de momento, já que a situação econômica/trabalhista vivida era caótica e apenas potencializou os problemas. Com uma fiscalização praticamente inexistente e a organização muito aquém do necessário, o crescimento se tornou incontrolável. Aquilo que seria a solução se apresentou como um problema que novamente ofereceria fragilidades para a população da cidade.

Considerações Finais

As crises econômicas deixaram fortes marcas no Brasil e, por causa disso, o número de oportunidades de emprego passou a diminuir vertiginosamente, indo em direção contrária à procura. Ou seja, eram muitos indivíduos e poucas oportunidades de emprego, formando assim, grandes bolsões de desemprego e de subempregos.

Deste modo, a geração de ocupações de baixa qualidade surgiu como possibilidade de incorporação econômica dos indivíduos prejudicados por essa nova realidade. Todavia, mesmo com tal inclusão, por meio de trabalhos irregulares e/ou informais, os problemas perduraram, sendo apenas atenuados e mascarados.

A década de 1980 apresentou grandes modificações no setor trabalhista. Por consequência disto, ocorreram processos que acabaram por ampliar o grau de heterogeneidade social, identificados por meio da instabilidade do mundo do trabalho, da precarização das condições e das relações de trabalho e da permanência de elevadas taxas de desemprego e reorganização do mercado de trabalho.

Com o intenso trânsito de indivíduos de diferentes procedências, as cidades passaram por grandes transformações, tornando-se natural o surgimento de problemas no seu setor organizacional, sejam eles no quesito da segurança (crimes), na economia (falta de oportunidades de emprego, má divisão de renda, no âmbito social - questões de cidadania) ou espacial (infraestrutura - saneamento básico, ruas, serviço público). Fatores estes que ocorreram em uma velocidade assustadora.

Sendo assim, no interior deste processo surgiram segmentos marginalizados e estereotipados, fator que acabou por estimular preconceitos e discriminações, dificultando as

relações entre os diferentes grupos, construindo um abismo entre cidadãos que dividiam o mesmo espaço.

O caso do setor informal-trabalhista da cidade de Santa Maria insere-se perfeitamente em vários pontos discutidos acima, pois o centro urbano teve de conviver com um intenso aumento populacional em pouco tempo, com a precarização dos postos de trabalhos – iniciados com o final das atividades da Ferrovia e potencializado com a inexistência de investimentos para o aumento do número de trabalhos no transcorrer dos anos que se seguiram.

A informalidade, então, deve ser compreendida como uma saída encontrada por grupos que não conseguiram a inserção almejada no setor trabalhista formal. Os primeiros anos de atividades informal, nas ruas da cidade, foram pautados pelo ‘abandono’ e pela inércia do governo municipal. Quando mencionamos ‘abandono’, queremos salientar a falta de controle e de incentivos para o desenvolvimento satisfatório desse setor, ou seja, os indivíduos que desempenharam suas atividades, nas principais ruas da cidade de Santa Maria, tiveram que conviver com descaso e despreparo e quando passaram a ter um crescimento considerável foram cerceados por medidas do executivo da cidade.

A inércia do governo pode ser configurada pelas atitudes tomadas nos primeiros momentos. Os vendedores pagavam tributos, mas não dispunham de nenhum tipo de apoio, muito pelo contrário, quando os setores do comércio formal miraram os vendedores informais, o governo passou a tomar medidas para conter e cercear as atividades nas ruas.

As atividades permaneceram com todo fôlego e com o passar dos anos, o Camelódromo não conseguiu conter os trabalhos e as práticas nele desenvolvidas, mas isso é assunto para outro momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALVES, Maria Aparecida. **“Setor informal” ou trabalho informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. Campinas, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. (org.). **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Bomtempo, 2006.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1983.

_____. Globalização e processo de informalidade. In: Economia e Sociedade. Campinas, IE/UNICAMP, n. 14, jun. 2000, p. 152-74.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e História Oral. In: **Revista Topoi**: Vol. 03. n. 05 - URFJ. Rio de Janeiro – RJ. jul-dez, 2002, p.314-332.

_____. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº3, p. 111-124, maio-jun. 2000.

FRANCHI, Miguel. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.

GAIGER, Mário. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.

KRAYCHETE, G. (Org.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL, 2000.

MAFALDA, José. **Entrevista**. Santa Maria, Entrevista Oral concedida ao pesquisador Matheus Rosa Pinto, 2012.

PINTO, Matheus R. **Comércio Informal: para onde vamos?** Santa Maria, Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. 2012. Monografia do curso de História. 70 p.

POSSEBON, Daniela. **Do Camelódromo ao Shopping Popular Independência: uma breve história do comércio informal em Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2011. Monografia do curso de História, Universidade Federal de Santa Maria. 125 p.

PORTELLI, Alessandro. O Que Faz A História Oral Diferente. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História**, n.º 14, São Paulo, 1997.

_____. **Tentando Aprender um Pouquinho Algumas Reflexões Sobre a Ética na História Oral**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História, n.º 15, São Paulo, Abr., 1997.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 85-91, 1996.

SILVA, Maria; YAZBEK, Maria (org.). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SINGER, PAUL. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas**. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

VIERO, Lia Margot; FIGUEIREDO, Vilma Dominga. **Uma Avaliação da População do Município de Santa Maria (RS): ênfase para as unidades distritais, 2000-2010**. In: Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP, Brasil, 2012. Disponível em:

[www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER\[364\]ABEP2012.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/POSTER[364]ABEP2012.pdf). Acesso em: 16 mar. 2013.

JORNAIS:

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 09, 10/11 mar. 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 12, 09 abr. 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 14, 23 mai. 1990.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 01, 26/27 jan. 1991.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 11, 26/27 jan. 1991.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 09, 30/31 mar. 1991.

Jornal O Expresso, Santa Maria, p. 11, 01/02 jun. 1991.